



GT 02 – Compreendendo as conexões e interfaces do direito à cidade com a Justiça Climática e o Racismo Ambiental

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ZEIS COELHOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A RESILIÊNCIA URBANA E MITIGAÇÃO DE RISCOS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RECIFE/PE.

Alina Síria de Araújo Santos¹

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento urbano desordenado e excludente, os terrenos secos e planos da cidade foram ocupados pelas famílias com maior poder aquisitivo, enquanto os alagados e as áreas de relevo elevado eram ocupados pela população de baixa renda (SOUZA, 2022). De acordo com a autora, esses locais são mais suscetíveis a acidentes, como enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra, especialmente nas áreas de morros (SOUZA, 2022). No Brasil, a expansão urbana irregular representa 6% da população, cerca de 11,4 milhões de pessoas, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O Censo aponta que 72% da riqueza do Brasil está concentrada em 10% da população e que cerca de 45 milhões dos brasileiros vivem com uma renda mensal abaixo do salário mínimo (IBGE, 2016). Esses dados evidenciam a profunda desigualdade socioeconômica no país, refletida tanto na distribuição da renda quanto no acesso à moradia e à cidade.

Cortada por diversos rios, Recife se apresenta como cidade “anfíbia” (Diniz; Pessoa, 2022), tendo uma relação estreita com seus rios, o que cria um cenário propício a conflitos urbanos entre o homem e a natureza. Essa configuração morfológica torna boa parte da cidade mais vulnerável à ocorrência de desastres (SOUZA, 2022). Na cidade, é notório que os desastres associados às enchentes e alagamentos são os mais frequentes e sinônimo de aflição à população. No entanto, é válido ressaltar que, segundo Oliver-Smith (2002), os

¹ Mestranda em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisadora, alina.siria@ufpe.br.



desastres não são exclusivamente naturais, podendo envolver também fatores sociais e tecnológicos, com causas muitas vezes ampliadas pela ação humana. Ainda que os eventos possam ocorrer de forma inesperada, os riscos são conhecidos e passíveis de mitigação.

A vulnerabilidade aos impactos das chuvas e inundações atinge principalmente as populações de baixa renda residentes em regiões com acesso limitado à infraestrutura e serviços básicos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), Recife apresentava apenas 30% de esgotamento sanitário, tendo, dessa forma, parte de seus esgotos domésticos lançados em seus rios.

Segundo o índice de Gini (PNADc, 2021), Recife foi apontada como a segunda capital mais desigual do país em termos de concentração de renda. A falta de planejamento urbano, ligada à carência de políticas públicas adequadas, coloca em situação de risco, sobretudo, a população mais pobre, que constitui a maior parte dos assentamentos precários da cidade.

Diante da gênese histórica de Recife com a progressiva ocupação de áreas ribeirinhas e alagadas, e dos novos desafios frente aos impactos das mudanças climáticas, esse cenário de desigualdade se agrava à medida que episódios do extremo climático, como inundações e chuvas intensas, se tornam mais frequentes devastando cidades.

Em relatório divulgado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM, 2021), foi identificado um aumento de cinco vezes no número de ocorrências nas últimas décadas. Esse dado revela uma tendência crescente na frequência e intensidade na ocorrência de desastres no mundo e podem servir como alerta e subsídio para o direcionamento de políticas e estratégias de prevenção e adaptação. É crucial utilizar essas informações para mitigar os impactos e se preparar adequadamente para novas ocorrências.

A necessidade de enfrentamento a desastres aponta a urgência de promover uma cultura de resiliência. Vale ressaltar que, apesar dos eventos climáticos afetarem toda a cidade, os impactos são sentidos de forma desigual. Em áreas urbanizadas, as ruas ficam alagadas ou o acesso à rua é dificultado, enquanto nos assentamentos precários as populações muitas vezes perdem seus bens, casas e, em casos extremos, suas vidas, como testemunhado em diversos episódios nos últimos anos como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 e Rio de Janeiro em 2022.

Apesar da temática ganhar destaque na mídia atualmente, casos extremos como esses têm uma longa história. Um exemplo foi a grande cheia que ocorreu em Recife em



1975, um evento que permanece na memória coletiva da população, que é assombrada todos os anos pelos transtornos causados pelas fortes chuvas que afetam o município. Esses acontecimentos reforçam a desigualdade socioespacial nas cidades, onde as áreas vulneráveis e marginalizadas, compostas predominantemente pela população negra e de baixa renda, são as mais expostas, devido à maior suscetibilidade desses locais a esses riscos ambientais.

As fortes chuvas provocam um efeito dominó: os morros encharcados resultaram na ocorrência de diversos deslizamentos de terra que afetaram severamente também as áreas baixas, provocando a devastação do local e a perda de inúmeras vidas. Esses eventos climáticos trazem a tona o conceito de racismo ambiental, que, segundo Herculano (2008, p.16), refere-se a uma forma específica de desigualdade e injustiça ambiental que atinge, de maneira desproporcional, grupos étnicos e comunidades tradicionais como ribeirinhos, quilombolas, pescadores, entre outros.

Em contrapartida à carência de assistência e visibilidade pública, a população destaca-se como um símbolo de resistência e luta por moradia, evidenciando sua cultura intrínseca de resiliência e sua busca pela consolidação de seu lugar de morar. As iniciativas de autoconstrução, embora inadequadas, refletem a realidade de muitos assentamentos precários da cidade, que atendem exclusivamente o ato de morar, pois, em sua maioria, expõem condições insalubres e incômodas, com técnicas tradicionais, caracterizadas por métodos e conhecimentos culturais repassados por gerações.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC (IPCC, 2007) aponta Recife como uma das 16 cidades mais vulneráveis do mundo aos efeitos da mudança climática. Com esse aumento crescente na frequência dos eventos climáticos, é fundamental reconhecer que tais ocorrências se tornaram previsíveis e podem ser mitigadas. O constante ciclo de reconstrução deve ser reduzido por se tratar de um processo desgastante e doloroso. Em vez disso, é crucial fortalecer as ações públicas de prevenção e adaptação das cidades, ressignificando o hábito de reconstrução.

Assim, este artigo busca investigar de que maneira a vulnerabilidade socioambiental influencia os impactos da exposição aos riscos na ZEIS Coelhos, que está localizada na área central do Recife, às margens do Rio Capibaribe. A comunidade reflete as contradições da cidade do Recife, que, ao mesmo tempo em que está próxima ao centro, permanece invisibilizada pelas políticas urbanas.



2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A comunidade dos Coelhos, situada na área central do Recife e banhada pelo Rio Capibaribe, integra uma das 61 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do município. A comunidade evidência o processo histórico de desigualdade da capital recifense, no qual populações de baixa renda, majoritariamente negras, em razão do déficit habitacional, viram-se no lugar de ocupar áreas de risco. Esse processo de urbanização, ainda em curso, sustenta um cenário de injustiça espacial e ambiental, que tende a se agravar com os eventos extremos de mudanças climáticas. A condição socioespacial, associada à distribuição desigual dos recursos políticos, torna o território dos Coelhos vulnerável aos intensos impactos de enchentes e alagamentos, aos quais está exposta desde a sua origem, revelando as expressões do racismo ambiental na cidade.

Em uma perspectiva de enfrentamento aos extremos climáticos e à vulnerabilidade das áreas mais pobres, a autoconstrução, apesar de improvisada, pode ser vista como uma alternativa promissora para adaptar-se ao cenário hidrossocial da cidade, desde que realizada com apoio técnico adequado. Compreender as águas não apenas como um elemento morfológico, mas também como parte integrante da paisagem urbana, buscando uma convivência saudável e recíproca, tratando as águas como um componente essencial e parte de sua gênese. Isso revela uma cultura sustentável, que visa equilibrar o meio urbano com o meio natural, promovendo o bem estar e a saúde dos ecossistemas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do território da ZEIS Coelhos revela que a vulnerabilidade não se trata apenas de uma condição morfológica e geográfica, mas também do resultado de um processo histórico marcado pela exclusão socioespacial e racial na cidade do Recife. Essa combinação de fatores, aliadas à escassez de políticas públicas eficazes, escancaram um cenário de desigualdade e injustiça ambiental que recaem de forma desproporcional sobre as populações mais pobres e marginalizadas, compostas em sua maioria, por uma classe etnorracial negra, que permanece invisibilizada diante do planejamento urbano da cidade.

Os dados e reflexões apresentados reforçam a urgência de promover a equidade socioespacial. Faz-se necessário reconhecer os riscos aos quais esses territórios estão



expostos e, assim, incluir nas agendas públicas ações integradas de adaptação, mitigação e fortalecimento da resiliência urbana. Compreender a comunidade dos Coelhos em suas dimensões física, social, ambiental e simbólica é essencial para fomentar a discussão sobre cidades mais justas e sustentáveis, que promovam o bem-estar coletivo.

Portanto, a relevância deste artigo reside em seu potencial de contribuição para o fortalecimento da resiliência urbana, a mitigação de riscos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, além da construção de uma cidade mais preparada para enfrentar os desafios climáticos extremos.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Fabiano Rocha; PESSOA, Ronaldo A. Campos. **Para enfrentar a vulnerabilidade numa cidade anfíbia**. In: SOUZA, Maria Angela de A.; DINIZ, Fabiano Rocha; ROCHA, Danielle de Melo (org.). Reforma Urbana e Direito à Cidade: Recife. Recife, 2022. cap. 4.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1–20, jan./abr. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc)**. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Aglomerados subnormais: informações territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPCC. (2014) **Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - AR5**. [S.l:s.n.].

OLIVER-SMITH, Anthony. **Theorizing disasters: Nature, power, and culture**. In: HANDBOOK OF DISASTER RESEARCH. Springer, 2002.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Lutas (e conquistas) em torno da moradia nos espaços de pobreza do Recife**. In: LIMA, Rosa Maria Cortês de; ROCHA, Danielle de Melo; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (orgs.). Moradia popular no Recife: trajetórias, lutas e conquistas. Recife: Cepe, 2022.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **Atlas of mortality and economic losses from weather, climate and water extremes (1970–2019)**. Geneva: WMO, 2021.